



A IMPORTÂNCIA E AS ALTERAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA DA REGIÃO CENTRO

2011

A importância e as alterações recentes na agricultura da Região Centro



Vanessa Almeida
vanessa.almeida@ccdr.pt

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional
Divisão de Planeamento e Avaliação

ÍNDICE

1. Introdução	01
2. Caracterização das explorações agrícolas da Região Centro	01
3. Ocupação cultural dos terrenos agrícolas	06
4. O efetivo animal	09
5. A mão de obra agrícola	10
6. Considerações finais	12
7. Referências bibliográficas	13
Anexo 1 – Mapa da Região Centro	14

A IMPORTÂNCIA E AS ALTERAÇÕES RECENTES NA AGRICULTURA DA REGIÃO CENTRO

I. Introdução

A agropecuária, pelo papel determinante que detém na provisão de bens alimentares essenciais à subsistência humana, apresenta-se como basilar na atividade económica de uma região. Apesar de, ao longo dos tempos a sua importância relativa ter vindo a diminuir, a atividade agrícola e florestal ainda cobre uma parte significativa do território português e detém um papel importante não apenas no abastecimento alimentar como também ao nível da paisagem e proteção da natureza com todas as consequências que daí advêm para outras atividades, como por exemplo a turística.

Dada a relevância desta atividade e uma vez que foram divulgados os resultados definitivos da maior operação estatística nacional ao nível agrícola, realizada pelo Instituto Nacional de Estatística, o Recenseamento Agrícola 2009, importa efetuar uma breve caracterização deste setor na Região Centro¹, assim como da sua evolução na última década.

2. Caracterização das explorações agrícolas da Região Centro

No ano 2009 foram recenseadas na Região Centro 105.092 explorações agrícolas², correspondendo a mais de um terço das unidades nacionais (figura 1). As explorações da região ocupavam cerca de 31% do território regional, ou seja, 879.726 hectares, conduzindo a que a área média por exploração fosse de 8,4 hectares. Estes valores traduzem uma realidade muito diferenciada do que sucedia a nível nacional uma vez que, por um lado, as explorações nacionais abrangiam cerca de metade do território e por outro lado, essas explorações ocupavam, em média, 15,4 hectares cada, valor muito superior ao da Região Centro.

¹ Foi considerada a delimitação da Região Centro de acordo com o Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, segundo o qual a região se divide em 12 sub-regiões NUTS III e 100 municípios.

² Exploração agrícola é uma unidade técnico-económica que utiliza em comum fatores de produção (mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, etc.) e que tem de satisfazer, quatro condições:

- produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos;
- atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (em termos de área e/ou número de animais);
- estar localizada num local bem determinado e identificável;
- estar submetida a uma gestão única.

Fig. 1: Indicadores relativos à estrutura das explorações agrícolas

NUTS	2009					variação 1999-2009	
	Explorações	Superfície total	Superfície agrícola utilizada (SAU)	Área média por exploração	Peso da SAU nas explorações	N.º Explorações	Superfície agrícola utilizada (SAU)
	(1)	(2)	(3)	(2) / (1)	(3) / (2)	(4)	(5)
	N.º	Ha			%		
PORTUGAL	305.266	4.709.131	3.668.145	15,4	77,9	-26,6	-5,0
Região Centro	105.092	879.726	570.003	8,4	64,8	-35,3	-21,3
Baixo Vouga	8.701	37.092	23.627	4,3	63,7	-43,7	-23,0
Baixo Mondego	10.689	52.757	33.590	4,9	63,7	-38,8	-22,6
Pinhal Litoral	5.988	22.999	13.469	3,8	58,6	-51,3	-44,8
Pinhal Interior Norte	7.033	33.804	14.392	4,8	42,6	-30,1	-25,7
Dão-Lafões	17.013	75.485	40.358	4,4	53,5	-30,6	-22,3
Pinhal Interior Sul	4.994	41.878	9.714	8,4	23,2	-36,9	-31,9
Serra da Estrela	3.637	22.251	14.915	6,1	67,0	-24,6	-22,9
Beira Interior Norte	11.985	169.741	130.796	14,2	77,1	-30,6	-22,3
Beira Interior Sul	7.225	210.006	140.098	29,1	66,7	-25,2	-17,1
Cova da Beira	5.922	59.252	41.509	10,0	70,1	-31,7	-13,4
Oeste	12.304	80.074	64.204	6,5	80,2	-40,7	-23,9
Médio Tejo	9.601	74.390	43.332	7,7	58,2	-28,9	-15,7

Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das partes

Fonte: cálculos próprios a partir de INE

Sub-regionalmente era possível verificar que no Dão-Lafões se concentrava o maior número de explorações da região (cerca de 16,2% do total regional), as quais tinham, no entanto, uma dimensão média reduzida (4,4 hectares). Em situação oposta, com o menor número de explorações, encontrava-se a Serra da Estrela, com apenas 3,5% das propriedades recenseadas na Região Centro mas que apresentavam dimensões médias mais significativas, apesar de inferiores à média regional. As explorações com dimensões médias mais expressivas encontravam-se na Beira Interior Sul (29,1 hectares), Beira Interior Norte (14,2 hectares) e Cova da Beira (10 hectares), únicas sub-regiões com explorações com uma extensão média superior à da Região Centro. Efetivamente, este indicador evidencia uma dicotomia entre o litoral e o interior da região, com os municípios que fazem fronteira com Espanha com explorações de dimensões médias bastante superiores às do litoral. Veja-se, na figura 2, o contraste municipal entre Idanha-a-Nova, onde a área média atingiu o valor máximo de 62,7 hectares e Oliveira do Bairro que detinha as explorações com menor dimensão média (2,9 hectares).

Fig. 2: Área média por exploração 2009

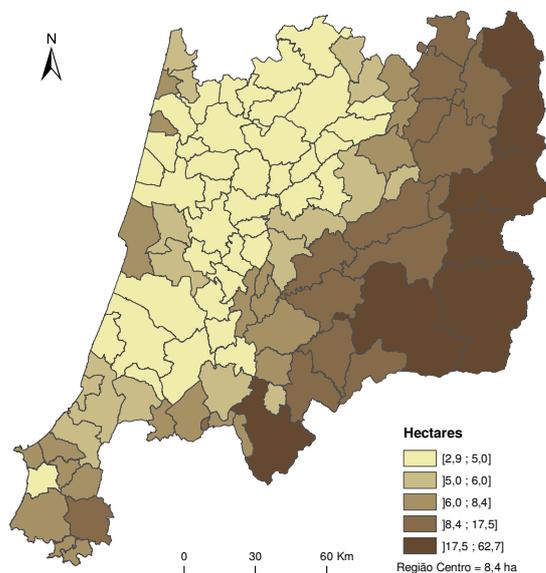
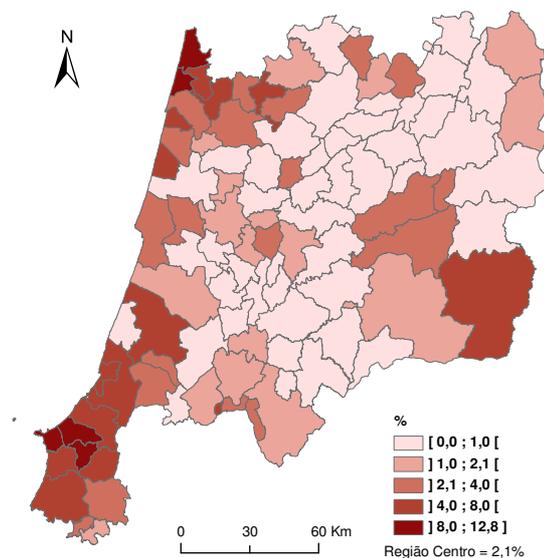


Fig. 3: Peso relativo das explorações com VPPT igual ou superior a 100.000 euros



Fonte: cálculos próprios a partir de INE

Em termos de dimensão económica verificava-se um padrão territorial em que a valorização no litoral revelava-se mais significativa do que no interior da região. A dimensão económica média das explorações foi aferida através do valor de produção padrão total³ (VPPT). Na Região Centro, as explorações agrícolas foram responsáveis por um VPPT de 1.378.347 mil euros, correspondendo a cerca de 29,7% do VPPT nacional. Genericamente, os municípios pertencentes às sub-regiões do litoral apresentavam valores mais elevados do indicador peso relativo de explorações com VPPT igual ou superior a 100.000 euros, destacando-se diversos municípios do Oeste e do Baixo Vouga (figura 3). Esta constatação poderá estar relacionada com o tipo de especialização produtiva das explorações destes territórios. Contudo, também para o interior, embora de forma mais pontual, se constatava alguma relevância de grandes explorações, nomeadamente no Entroncamento e Idanha-a-Nova onde as explorações com uma dimensão económica média igual ou superior a 100.000 euros representavam mais de 6,4% do total de explorações desses municípios.

As explorações agrícolas compreendem superfícies com utilizações diferenciadas. Para além da superfície agrícola utilizada (SAU), que conjuga terras aráveis (quer limpas quer

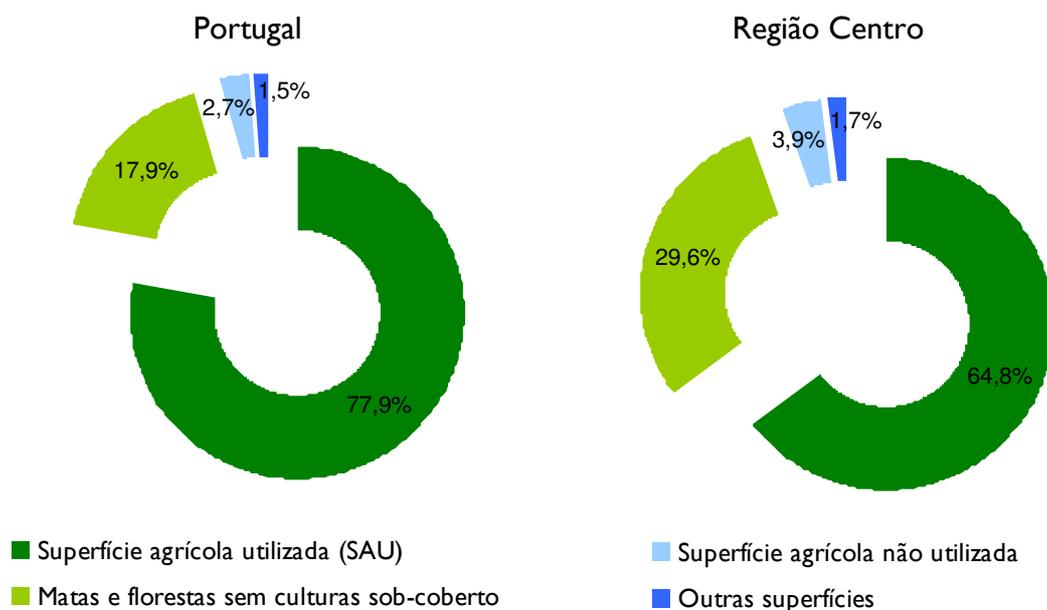
³ O valor de produção padrão total corresponde à soma dos valores de produção padrão de cada uma das atividades presentes na exploração multiplicados pelo respetivo número de unidades (de área ou efetivo) dessa atividade existentes na exploração.

O valor de produção padrão é o valor monetário médio da produção agrícola numa dada região, obtido a partir dos preços de venda à porta da exploração. É expresso em hectare ou cabeça de gado, conforme o sistema de produção, e corresponde à valorização mais frequente que as diferentes produções agrícolas têm em determinada região. O período de referência dos dados de base dos valores de produção padrão cobriu o quinquénio 2005 a 2009, para o nível geográfico NUTS II.

sob-coberto de matas e florestas), culturas permanentes, pastagens permanentes e horta familiar, as explorações podem ainda ser compostas por área florestal sem aproveitamento agrícola simultâneo, superfícies agrícolas não utilizadas mas susceptíveis de fácil recuperação para aproveitamento agrícola e outras superfícies como, por exemplo, edifícios, logradouros, caminhos, albufeiras, etc.

De acordo com a figura 4, em 2009, na Região Centro, a SAU ocupava, em média 64,8% da área das explorações, tendo uma importância relativa bastante mais baixa do que a média das explorações portuguesas (77,9%). A diferença observada poderá estar relacionada com a importância que a atividade florestal assumia na região. De facto, enquanto que em Portugal a área das explorações ocupada apenas por matas e florestas correspondia a 17,9%, na região subia para 29,6%.

Fig. 4: Decomposição da superfície das explorações 2009



Fonte: cálculos próprios a partir de INE

Na Região Centro, era no Oeste que a SAU apresentava uma maior representatividade, ocupando, em média, 80,2% da área das explorações, o que poderá de alguma forma estar relacionado com a perspectiva mais empresarial dos produtores agrícolas desta sub-região. As três sub-regiões onde, em média, as explorações eram maiores (recorde-se, Beira Interior Sul, Beira Interior Norte e Cova da Beira) e ainda a Serra da Estrela, apresentavam igualmente uma importância relativa da SAU bastante significativa, que ultrapassava os 66%. Em situação oposta encontravam-se o Pinhal Interior Sul onde a SAU não chegava a constituir um quarto da superfície das explorações e o Pinhal Interior Norte onde representava apenas 42,6%, sub-regiões dominadas por uma mancha florestal muito expressiva, conduzindo a que, em média, as explorações apresentassem uma ocupação de matas e florestas sem aproveitamento agrícola simultâneo muito elevada.

As explorações que não detinham qualquer terreno com aproveitamento agrícola representavam apenas 0,5% das explorações recenseadas na Região Centro. Nas restantes, e tendo em consideração a dimensão da SAU, predominavam as explorações com SAU entre um e cinco hectares. As estruturas fundiárias de grande dimensão, com SAU igual ou superior a 20 hectares, correspondiam apenas a 3,9% do total de explorações da região. Já a nível nacional estas explorações com grandes áreas de utilização agrícola eram mais significativas, representando 7,3% do total.

Na última década, na Região Centro, assistiu-se a um decréscimo de 35,3% nas explorações agrícolas, ou seja a uma perda média de 5.728 explorações por ano. Tratou-se de uma diminuição mais acentuada do que a verificada a nível nacional onde, ainda assim, se registou uma contração superior a um quarto das explorações agrícolas. Na Região Centro, com exceção das explorações sem superfície agrícola cuja importância era residual, foi nas explorações com menor dimensão de SAU (inferior a um hectare) que o decréscimo foi mais significativo, tendo abrangido quase metade das explorações dessa dimensão em atividade em 1999.

A redução de explorações não foi uniformemente distribuída pela região, conforme se comprova pela análise da figura 5. Ela foi mais sentida nas sub-regiões do litoral, e particularmente no Pinhal Litoral onde se constatou uma diminuição de 51,3%. Efetivamente, dos cinco municípios que compõem esta sub-região, Batalha, Marinha Grande e Leiria registaram variações acima de 53,9%, tendo sido apenas ultrapassados, em toda a região, por Mira (-59,5%). No interior da região a evolução não foi tão negativa. A Serra da Estrela, a Beira Interior Sul e o Médio Tejo foram as NUTS III menos afetadas pela redução de explorações, aqui se destacando Torres Novas, Entroncamento e Alcanena, por registarem as diminuições mais reduzidas (a não atingirem -13,0%). Os dois únicos municípios em contra-ciclo foram Pampilhosa da Serra, onde as explorações cresceram 9,4% e Castanheira de Pêra que manteve as 68 explorações contabilizadas em 1999. A diferente evolução entre litoral e interior poderá estar relacionada com a conjugação de diversos fatores como, por exemplo, a existência de uma maior valorização dos terrenos decorrente de uma maior concentração urbana e industrial, de uma população mais jovem e de mais alternativas profissionais no litoral do que no interior da região.

A diminuição das explorações, entre os anos de 1999 e 2009, foi acompanhada por um decréscimo na respetiva superfície total (-24,7%) e SAU⁴ (-21,3%). Ao nível municipal, destaca-se Manteigas por, em 2009, deter apenas cerca de um quarto da superfície agrícola utilizada em 1999 (figura 6). Também em Góis, Batalha e Oleiros se assistiu a uma redução da SAU, superior a 50%. Os únicos municípios a verificarem um aumento foram Entroncamento, onde a SAU quase triplicou, e Pampilhosa da Serra, Alcanena, São Pedro do Sul e Castanheira de Pêra com acréscimos mais modestos, a não ultrapassarem 17,2%.

⁴ No Recenseamento Agrícola 2009 as áreas de pinheiro manso destinadas à produção de pinhão foram consideradas culturas permanentes e, consequentemente, integradas na SAU, facto que não sucedeu no anterior recenseamento agrícola. Como se trata de uma cultura com expressão residual na Região Centro (representando apenas 0,2% da SAU e 0,7% das culturas permanentes), que em pouco altera as conclusões da análise comparativa com o período precedente, optou-se pela manutenção das áreas de pinheiro manso no ano 2009.

Fig. 5: Número de explorações agrícolas
(variação 1999-2009)

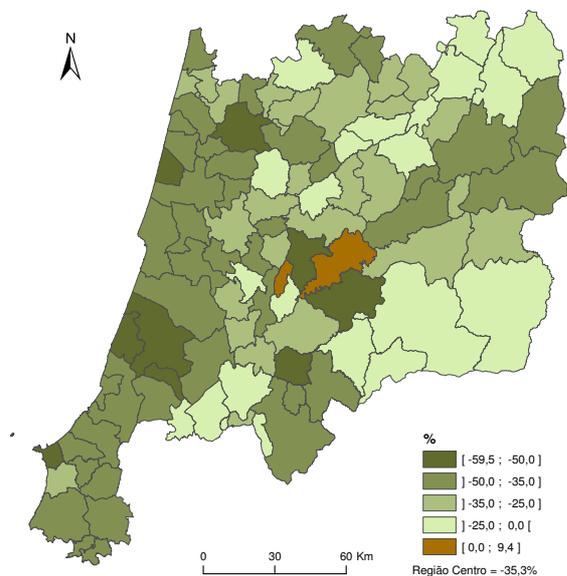
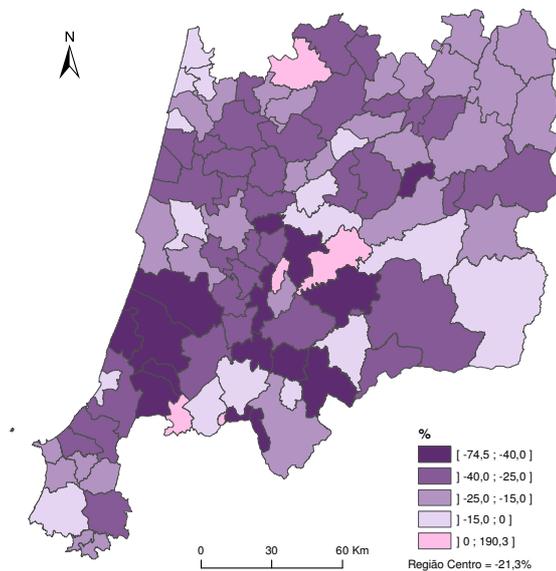


Fig. 6: Superfície agrícola utilizada
(variação 1999-2009)



Fonte: cálculos próprios a partir de INE

3. Ocupação cultural dos terrenos agrícolas

Na última década, o peso da SAU no total da área das explorações agrícolas tem ganhado importância, na Região Centro, principalmente em detrimento da área ocupada por matas e florestas. Apenas na Beira Interior Sul, na Beira Interior Norte e no Pinhal Interior Norte se assistiu a uma redução na relação entre a SAU e a superfície total das explorações. Manteigas foi o município onde o decréscimo foi mais acentuado, passando a SAU a representar, em 2009, 44% da superfície das explorações, face aos 76,3% em 1999. Em situação oposta encontrava-se Constância, onde o peso da SAU passou de 3,5% da área média das explorações, em 1999, para 75,1%, em 2009.

No que respeita à sua composição, a SAU apresentava diferenças sub-regionais. Em termos médios, existia na Região Centro, em 2009, um predomínio das terras aráveis (37,9%), onde se incluem as culturas temporárias⁵ e o pousio⁶. Seguiam-se as pastagens permanentes⁷ e as culturas permanentes e, de forma residual, a horta familiar (figura 7). Na ocupação da

⁵ Culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano (anuais) ou que são ressemeadas com intervalos que não excedem os cinco anos (por exemplo, prados temporários).

Não estão aqui consideradas as culturas temporárias sob coberto de culturas permanentes.

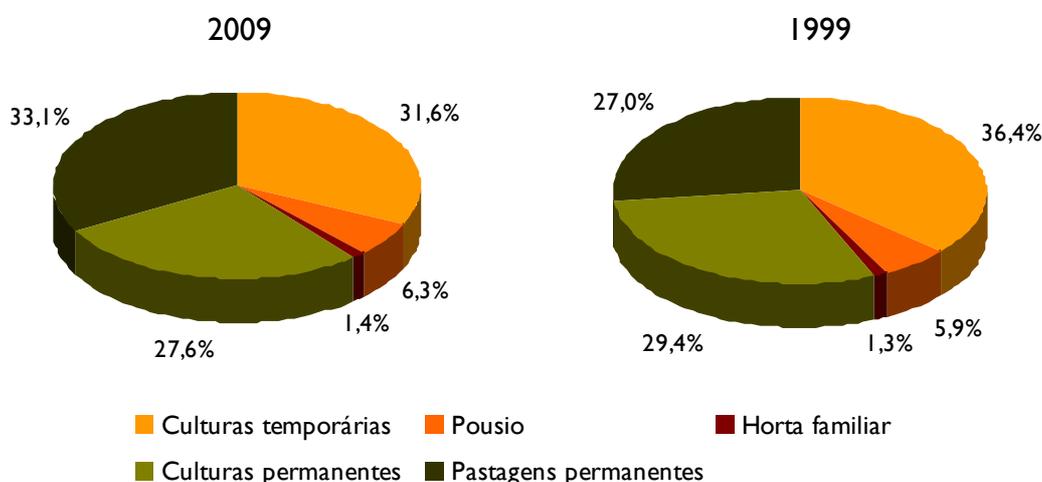
⁶ Áreas incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, sem fornecer colheitas durante o ano agrícola, tendo em vista o melhoramento das superfícies. Inclui as superfícies em regime de pagamento único (RPU) sem produção.

⁷ Superfícies semeadas ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano. Não estão incluídas numa rotação e ocupam o solo por um período superior a 5 anos.

Apenas foram consideradas as pastagens permanentes que não se encontram sob coberto de culturas permanentes.

maioria dos terrenos com culturas temporárias, a sua cultura principal⁸ estava relacionada com a alimentação animal. Efetivamente, as culturas forrageiras⁹ representavam 51,7% da área de culturas temporárias em cultura principal e os prados temporários 3,9%. Ao nível das culturas permanentes é de ressaltar a importância do olival cuja área correspondia a cerca de metade da superfície das culturas permanentes. Na última década o peso das culturas temporárias em cultura principal na Região Centro decresceu (de 36,4%, em 1999, passou para 31,6%, em 2009). O declínio da representatividade das culturas permanentes foi menos significativo (27,6%, em 2009, face a 29,4%, em 1999).

Fig. 7: Composição da SAU na Região Centro



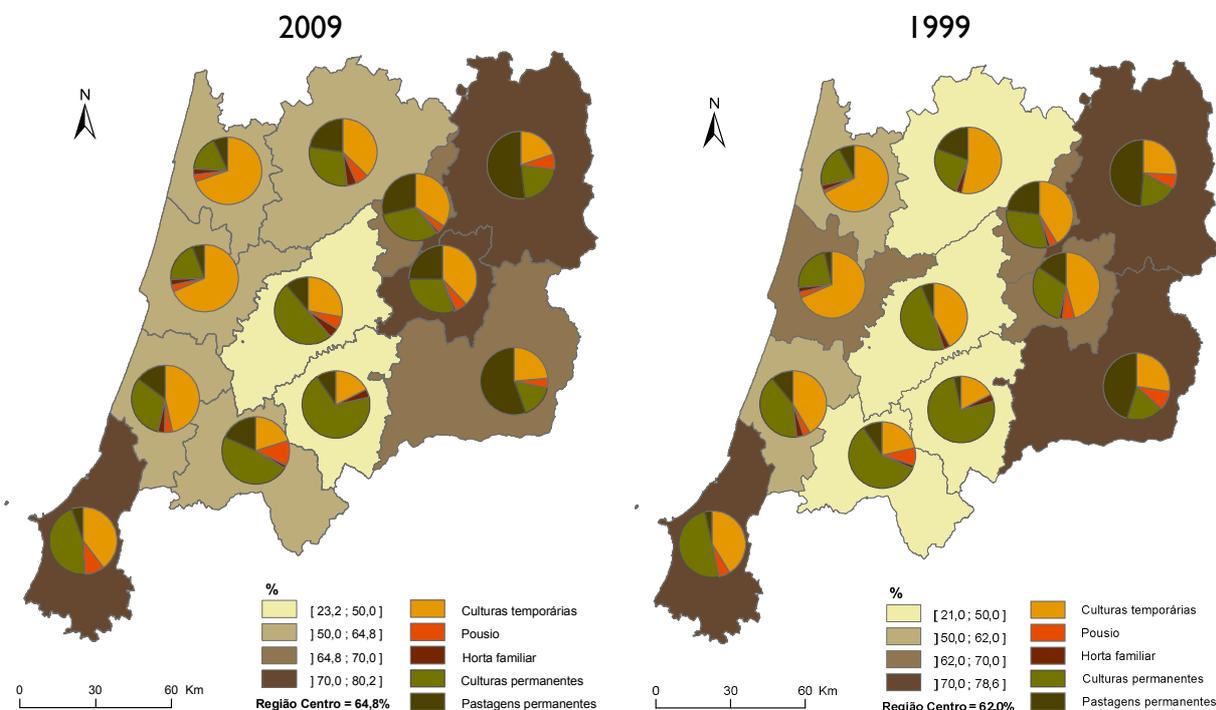
Fonte: cálculos próprios a partir de INE

Sub-regionalmente é possível ainda verificar que nas NUTS III que faziam fronteira com Espanha a importância das pastagens permanentes era muito expressiva, representando mais de metade da SAU (figura 8). Destacam-se Sabugal, Almeida, Guarda e Idanha-a-Nova, municípios onde o peso das pastagens permanentes superou os 62,8%. Já na maioria das sub-regiões do litoral eram as culturas temporárias a deter uma acentuada representatividade na SAU, apesar da sua composição ser diferenciada. Assim, enquanto que no Baixo Vouga predominavam, em cultura principal, as culturas forrageiras, no Baixo Mondego e Pinhal Litoral a maior preponderância encontrava-se nos cereais para grão, sendo esta mais acentuada no Baixo Mondego, onde o milho representava 34,5% das culturas temporárias em cultura principal e o arroz 26,0%. Apesar disso, ao nível municipal, foi em Constância que se observou a maior importância dos cereais para grão (97,6% das culturas temporárias em cultura principal), ultrapassando Soure, Figueira da Foz, Coimbra e Montemor-o-Velho, todos municípios do Baixo Mondego.

⁸ Na mesma parcela de terreno podem efetuar-se sucessivamente duas culturas no mesmo ano agrícola. Considera-se como principal a que proporciona maior rendimento sob o ponto de vista económico, designando-se secundária sucessiva à outra cultura.

⁹ Plantas herbáceas destinadas ao corte antes de atingirem a maturação completa para serem dadas ao efetivo animal em verde ou, depois de conservadas, como feno ou silagem.

Fig. 8: Importância da SAU na exploração e sua composição, por NUTS III



Fonte: cálculos próprios a partir de INE

No Oeste, Médio Tejo, Pinhal Interior Norte e, especialmente no Pinhal Interior Sul, destacava-se o peso das culturas permanentes na estrutura da SAU. Contudo, enquanto que no Oeste havia algum equilíbrio entre o olival e os pomares de frutos frescos, nas restantes sub-regiões verificava-se o predomínio claro, com mais de três quartos da superfície de culturas permanentes, de olival. Refira-se que, na Região Centro apenas três municípios (Ovar, Murtosa e Peniche), todos localizados na faixa litoral, não detinham qualquer área de Olival.

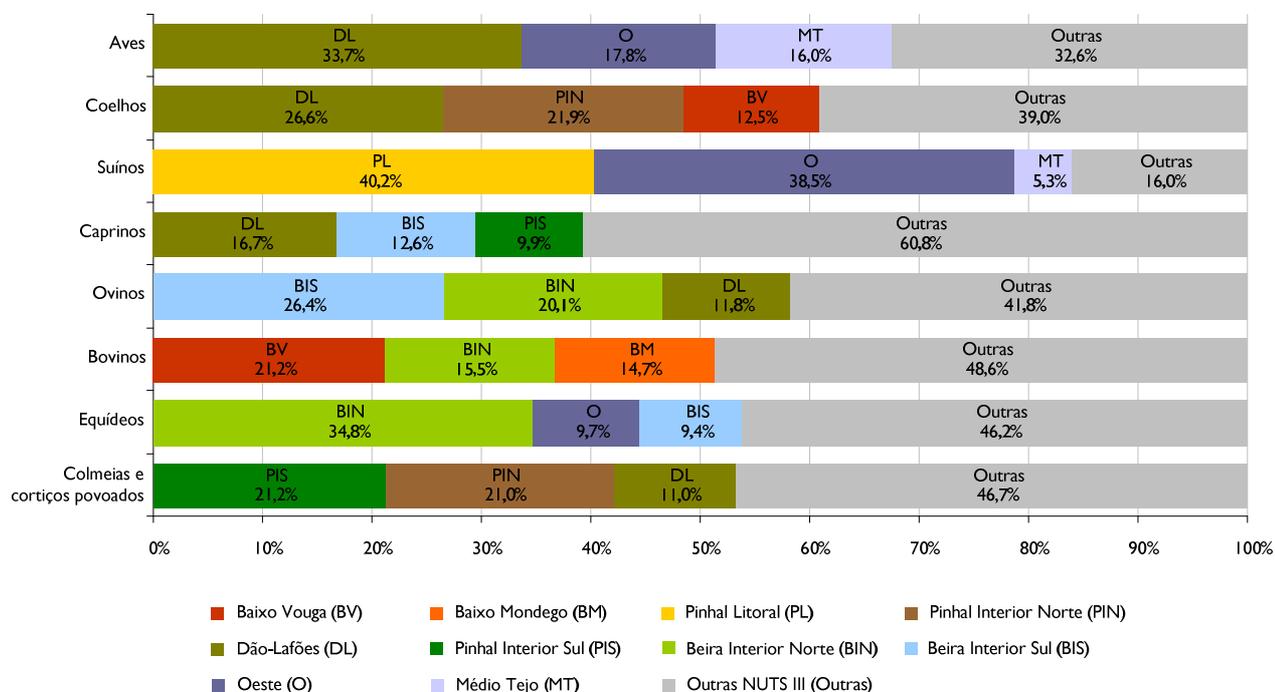
Por comparação com o ano de 1999, verifica-se alguma alteração na ocupação cultural das terras, realçando-se, em quase todas as sub-regiões, o crescimento da importância das pastagens permanentes e do pousio. Contudo, enquanto que mais para o interior esta modificação foi efetuada devido, maioritariamente, à redução do peso das culturas temporárias, no litoral e ainda no Pinhal Interior Sul e Médio Tejo, a variação ocorreu em detrimento das culturas permanentes. O aumento do peso do pousio poderá estar relacionado com a alteração do sistema de ajudas, tendo-se operado, para a maioria dos subsídios, o desligamento do seu pagamento do volume de produção. Realce-se ainda a Beira Interior Sul por ter sido das poucas sub-regiões onde a relação entre as superfícies em pousio e a SAU diminuiu (reduzindo-se para cerca de metade).

4. O efetivo animal

Em 2009, uma parte significativa da atividade pecuária a nível nacional encontrava-se na Região Centro. Efetivamente, numa análise por espécie, o efetivo da região representava mais de um terço dos animais de determinadas espécies do país, sendo de salientar a representatividade das aves (74,0%), coelhos (40,2%) e suínos (39,7%).

No que respeita às aves e coelhos é de destacar a importância do Dão-Lafões no total da região, uma vez que aí se encontravam, respetivamente, 33,7% e 26,6% do efetivo dessas espécies animais da Região Centro (figura 9). Esta concentração poderá estar relacionada com a existência de diversas unidades de produção avícola ou cunícula industriais nesta sub-região. Apesar disso, é interessante verificar que não é nesta sub-região que se registava o maior número médio de efetivos por exploração. No caso das aves, a maior dimensão média era registada no Médio Tejo, em que cada exploração com aves registava 1.030 cabeças, contrastando com a média de 727 animais das explorações do Dão-Lafões. Contudo, enquanto que nesta NUTS III o efetivo destinava-se maioritariamente a carne, no Médio Tejo o objetivo era a produção de ovos. Em relação aos coelhos, o número médio de efetivos registado no Pinhal Interior Norte (59 animais por exploração) era mais do dobro da apresentada no Dão-Lafões. Ao nível da cunicultura é ainda de salientar o peso do município de Oliveira do Hospital onde se concentrava 18,0% dos coelhos da região.

Fig. 9: Importância do efetivo animal na Região Centro 2009



Fonte: cálculos próprios a partir de INE

No que toca aos suínos, o realce vai para o Pinhal Litoral e o Oeste por, em conjunto, agregarem perto de 80% do efetivo da Região Centro, aí se destacando Leiria e Alcobaça por deterem, respetivamente, 23,1% e 15,1% dos suínos regionais. Não obstante, a dimensão média das varas no Oeste (183 cabeças) era consideravelmente superior ao número médio de suínos por exploração no Pinhal Litoral (108 cabeças). Dos restantes animais, é ainda de referir o peso das colmeias e cortiços existentes no Pinhal Interior, Norte e Sul (correspondendo a 42,2% do efetivo da região), a concentração de ovinos na Beira Interior Norte e Beira Interior Sul (que, conjuntamente detinham 46,5% do efetivo regional) e de equídeos na Beira Interior Norte (com mais de um terço das cabeças da região).

Na última década, na Região Centro, assistiu-se à diminuição do efetivo animal. Ao nível dos animais mais representativos na região em 2009 (aves, coelhos e suínos), o maior decréscimo ocorreu nos coelhos (-39,8%), cuja variação mais do que duplicou a verificada a nível nacional. A sub-região do Oeste foi onde se verificou a maior redução, existindo em 2009 pouco mais de um quarto dos animais presentes em 1999. Contrabalançando um pouco, o Pinhal Interior Norte registou um crescimento muito significativo (155,5%). Em relação aos suínos, a redução também foi elevada, tendo a região perdido mais de um quarto do seu efetivo. Apenas no Pinhal Litoral se observou um aumento desta espécie. Dos vários animais recenseados em 2009, as aves foram as que menor decréscimo evidenciaram, tendo, ainda assim diminuído 8,5%.

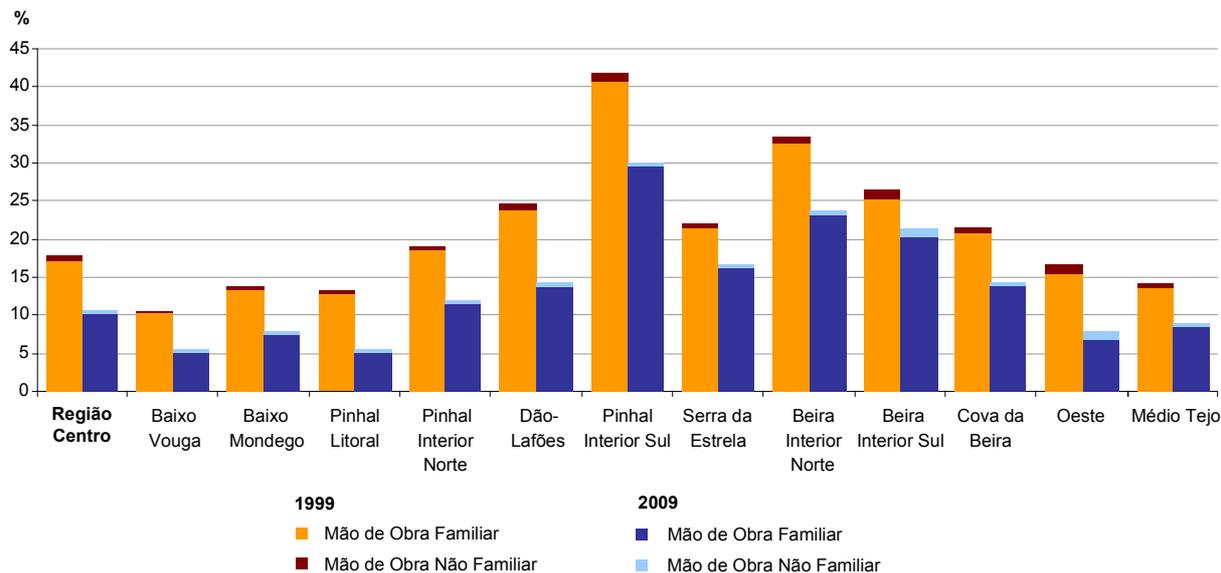
5. A mão de obra agrícola

Nas explorações agrícolas da Região Centro, em 2009, prestaram atividade regular 244.598 indivíduos, correspondendo a 10,3% da população da Região Centro, conforme se observa na figura 10. Aqueles pertenciam essencialmente ao agregado doméstico do produtor singular¹⁰ ou eram deste familiares, representando os assalariados com trabalho regular na exploração agrícola, ou seja, os trabalhadores permanentes apenas 4,8% da mão de obra agrícola regional com ocupação regular. Face a 1999, os valores apresentados traduzem uma redução significativa tanto do volume de mão de obra agrícola como do seu peso na população. Efetivamente, em dez anos registou-se o abandono da atividade por cerca de 40,3% dos indivíduos.

Tal como em 1999, era nas NUTS III do litoral que, também em 2009, a mão de obra agrícola tinha menor representatividade populacional. Inversamente, nas sub-regiões do interior o seu peso aumentava bastante, atingindo o máximo no Pinhal Interior Sul onde 29,9% da população tinha uma ocupação regular na agricultura. Esta situação poderá estar novamente relacionada com a maior diversidade laboral que as sub-regiões do litoral facultam, assim como pelo peso dos jovens ser mais elevado e estes não fazerem uma valorização afetiva das terras tão substancial como as pessoas de maior idade.

¹⁰ Produtor agrícola enquanto pessoa física. Não são consideradas entidades coletivas como sociedades, Estado, cooperativas, fundações, etc.

Fig. 10: Peso da mão de obra agrícola na população residente 1999 e 2009



Fonte: cálculos próprios a partir de INE

A mão de obra agrícola familiar exercia a atividade agrícola essencialmente a tempo parcial. Apenas 14,6% se dedicavam à agricultura a tempo completo. Do tempo de atividade agrícola exercido nas explorações regionais pela mão de obra familiar, a maioria (53,9%) correspondia a trabalho do produtor singular que, em média, despendia 22 horas por semana¹¹ nesta atividade. Já os restantes membros da família ocupavam menos tempo: em média, cerca de 15 horas semanais. O tempo de trabalho agrícola do produtor singular apresentava grande diversidade ao nível sub-regional o que poderá advir não apenas de outras atividades profissionais que o produtor possa ter como ainda das diferentes necessidades de mão de obra dos vários sistemas produtivos. Assim, enquanto que na Beira Interior Sul os produtores singulares trabalhavam nas atividades agrícolas da exploração, em média, 16 horas semanais, no Dão-Lafões esse valor aproximava-se das 27 horas. Relativamente aos trabalhadores agrícolas permanentes, eles trabalhavam essencialmente a tempo completo na agricultura. Apenas 28,6% o faziam a tempo parcial.

As explorações agrícolas pertenciam, na quase totalidade (98,3%), a produtores singulares. As sociedades, baldios ou outra forma jurídica correspondiam a 1,7% dos produtores da Região Centro, valor menos significativo do que o nacional (2,6%). Na Região Centro, quase dois terços dos produtores singulares eram do sexo masculino. Apesar de continuarem em minoria (28,8%, em 2009), as produtoras agrícolas têm vindo a ganhar importância ao longo do tempo. Atendendo à idade média do produtor agrícola singular verificou-se que os indivíduos da Região Centro eram mais envelhecidos do que os nacionais. Assim, enquanto que, ao nível regional, o produtor rondava os 64 anos, em Portugal a idade era de 63 anos.

¹¹ Para o cálculo deste indicador partiu-se do conceito de unidade de trabalho ano (UTA) que consiste numa unidade de medida equivalente ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1 UTA = 225 dias de trabalho a 8 horas por dia).

Em qualquer dos casos, estes valores significavam um envelhecimento de quatro anos, face aos verificados em 1999.

Na Região Centro, apesar da maioria dos produtores singulares se dedicar à atividade agrícola a tempo parcial, apenas um quarto declarava possuir uma atividade remunerada exterior à exploração, em 2009. A complementaridade de atividades dos produtores singulares diminuiu numa década. Efetivamente, em 1999, o peso dos produtores com outras atividades remuneradas ascendia a 32,4%. A existência de uma atividade remunerada exterior à exploração era uma realidade mais patente nos produtores singulares das sub-regiões do litoral do que das do interior, facto que poderá estar relacionado com a existência de maiores oportunidades de trabalho e de um tecido empresarial mais denso e ativo nas sub-regiões litorais. Aqui é de destacar o município de Sobral de Monte Agraço, onde 41,0% dos produtores tinha outra atividade remunerada para além da resultante da exploração.

6. Considerações finais

O trabalho desenvolvido pretendeu efetuar uma caracterização das explorações agrícolas da Região Centro e das atividades aí desenvolvidas com recurso à informação constante do Recenseamento Agrícola 2009, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística. Simultaneamente, analisou-se a evolução da realidade apresentada por comparação com os dados divulgados no anterior recenseamento, realizado dez anos antes.

Na Região Centro, em 2009, as explorações agrícolas ocupavam menos de um terço do território regional. As explorações com maior dimensão média localizavam-se no interior da região (sendo de salientar a sub-região da Beira Interior Sul onde a área média era mais do triplo da verificada para a Região Centro), concentrando-se no litoral explorações de dimensões médias mais reduzidas. Já no que respeita à dimensão económica a situação era a oposta, com as explorações com um VPPT superior a 100.000 euros a terem um maior peso no litoral do que no interior da Região Centro.

Em termos de ocupação das terras, nas explorações localizadas na Região Centro predominava, como seria de esperar, a SAU, embora com um peso bastante inferior ao observado para a média das explorações nacionais, o que poderá estar relacionado com a importância da atividade florestal na Região Centro. Efetivamente, quase um terço da área das explorações da região era ocupada por matas e florestas, proporção que aumentava significativamente nas explorações do Pinhal Interior Sul e do Pinhal Interior Norte, o que contrastava com os 17,9% do país.

Ao nível da composição da SAU, em 2009, na Região Centro, predominavam as terras aráveis (culturas temporárias em cultura principal e pousio), apesar do declínio significativo registado ao nível das culturas temporárias verificado na última década. Seguiam-se as pastagens permanentes e as culturas permanentes. A SAU apresentava diferenças sub-

regionais, destacando-se o predomínio das culturas temporárias no litoral e das pastagens permanentes junto à fronteira com Espanha.

Em relação à atividade pecuária exercida nas explorações da Região Centro, destaca-se a representatividade da avicultura, cunicultura e suinicultura da Região Centro, comparativamente com o efetivo destas espécies existente a nível nacional, apesar de, também nesta atividade, se ter registado uma redução no número de animais, nos últimos dez anos.

Efetivamente, na última década, na Região Centro assistiu-se ao abandono da atividade agrícola, sentida de forma mais acentuada nas sub-regiões do litoral (e particularmente no Pinhal Litoral). Verificou-se um decréscimo acentuado ao nível do número de explorações, SAU e animais criados, assim como da mão de obra agrícola, entre 1999 e 2009.

Em 2009, a mão de obra agrícola era essencialmente familiar e exercida a tempo parcial, sendo o produtor singular quem mais horas despendia na exploração. O produtor singular da região caracterizava-se por ser maioritariamente do sexo masculino e com idade a rondar os 64 anos, ou seja, era mais envelhecido do que um produtor médio nacional e estava bastante mais envelhecido do que há dez anos atrás.

7. Referências bibliográficas

Instituto Nacional de Estatística, Recenseamento Agrícola 2009 - Análise dos principais resultados, Lisboa (2011)

Instituto Nacional de Estatística, Destaque – informação à comunicação social, 17 de Maio de 2011

Site consultado: www.ine.pt

ANEXO I

Mapa da Região Centro

